

O Pacote da Mobilidade

Isabel Seabra
icseabra@imtt.pt



Instituto da Mobilidade
e dos Transportes Terrestres, I.P.

Pacote da Mobilidade



Conferência
Território, Acessibilidade
e Gestão de Mobilidade

Conference
Land Use, Accessibility
and Mobility Management

Conferência
Território, Acessibilidade
e Gestão de Mobilidade
Conference
Land Use, Accessibility
and Mobility Management

iMtt
Instituto da Mobilidade
e dos Transportes Terrestres, I.P.

12-14 Abril 2010 — Museu do Oriente Lisboa
Comissário da Conferência: Robert Stüssi

EPOMM
European Platform on Mobility Management

CIVITAS
Cleaner and better transport in cities

APRESENTAÇÕES

Info|Contactos

Programa **Prémio** **Projectos** **Documentos** **Feira de Projectos**

DIA 1
Pacote Mobilidade

DIA 2
Gestão de Mobilidade

DIA 3
Civitas em Portugal

APRESENTAÇÕES E FOTOS ONLINE

MENSAGEM DO PRESIDENTE

ENQUADRAMENTO

CIDADES MÓVEIS

Em Outubro de 2007, a Comissão Europeia, apresentou e submeteu a debate o "Livro

O IMTT organiza uma conferência sobre "TERRITÓRIO, ACESSIBILIDADE e GESTÃO DE

Portugal aderiu em 2009 à "European Platform for Mobility Management - EPOMM"

Território - Acessibilidade Transportes Mobilidade e Sustentabilidade

Questões centrais (não exclusivas)

Como reduzir a utilização quotidiana do transporte individual?

Como fazer emergir modos de transporte alternativos e mais sustentáveis

Como fazer coexistir todos os modos de transporte?

As questões

Como contribuir para melhores práticas em favor de uma mobilidade sustentável?

Ou seja, como qualificar e aprofundar o Planeamento e a Acção, a nível local, com este objectivo?

Escolheram-se 2 caminhos para responder a esta questão

→ Através dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT): PDM, PU e PP

→ Através de instrumentos específicos - Linhas estratégicas, planos, programas e projectos de Acessibilidade, Mobilidade e Transportes

e produziu-se o “Pacote da Mobilidade”

O que é o Pacote da Mobilidade ?

Conjunto de documentos de referência e de apoio ao planeamento e gestão da mobilidade

Conceito de mobilidade sustentável

— pressupõe que os cidadãos, vivendo em cidades, vilas ou aldeias, disponham de condições que lhes proporcionem

- deslocações seguras,
- confortáveis
- com tempos de viagem+espera, aceitáveis
 - custos acessíveis
- mobilidade com eficiência energética e reduzidos impactos ambientais.

Os componentes do Pacote da Mobilidade

- I. DIRECTRIZES NACIONAIS PARA A MOBILIDADE
- II. GUIÃO ORIENTADOR - ACESSIBILIDADES, MOBILIDADE E TRANSPORTES NOS PLANOS MUNICIPAIS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (PDM, PU E PP)
- III. GUIA PARA ELABORAÇÃO DE PLANOS DE MOBILIDADE E TRANSPORTES
- IV. COLECÇÃO DE BROCHURAS TÉCNICAS / TEMÁTICAS de apoio à elaboração de Planos de Mobilidade e Transportes
- V. GUIA PARA ELABORAÇÃO DE PLANOS DE MOBILIDADE DE EMPRESAS E PÓLOS (Geradores e atractores de deslocações)
- VI. APOIO TÉCNICO E FINANCEIRO DO ESTADO

Como foi feito?

Equipa do IMTT



4 equipas de consultores
TIS, BSA, TRANSITEC, DHV



Hearings com 12 peritos nacionais em Urbanismo e Planeamento de Transportes.



Hearings com empresas e entidades com Planos de Mobilidade em curso

Guião Orientador

Acessibilidades, Mobilidade e
Transportes nos Planos Municipais de
Ordenamento do Território
(PDM, PU, PP)

Ideia do Guião

É **objectivo** do Guião constituir um documento de apoio à elaboração, alteração ou revisão dos **PMOT**, focado na temática dos **transportes e uso do solo**, e, portanto, nas relações que se estabelecem, através das **acessibilidades** proporcionadas pelas **redes de transportes**, entre as diversas **actividades e funções urbanas** instaladas no território.

Ideia do Guião

Guião comprometido com a situação portuguesa, nomeadamente com a conclusão dos PROT e com a revisão dos PDM, horizonte balizado por um conjunto de preocupações, de objectivos estratégicos e de políticas de âmbito nacional e regional.

Guião orientado por um conjunto de questões prioritárias a abordar nos PMOT, no sentido de serem aplicados critérios adequados ao desenvolvimento sustentável do território.

Guião dirigido a políticos, decisores e técnicos envolvidos no processo de planeamento e gestão do território, na próxima década.

Guião centrado na valorização do cidadão multimodal, e na promoção da mobilidade sustentável, isto é, na minimização dos impactes ambientais das deslocações, o que implica no âmbito dos PMOT:
valorizar as deslocações a pé; qualificar os acessos aos transportes públicos; regrar a circulação do TI nas áreas urbanas.

Planos Municipais de Ord. do Território e Planos de Mobilidade e Transportes

Âmbito dos PMOT

Estabelecem o regime de uso do solo através da sua classificação e qualificação, definindo modelos de evolução previsível da ocupação humana e da organização de redes e sistemas urbanos.

Acessibilidade
Distância
Tempo
Custo



Uso do Solo
Pré-existências
Novas Áreas
Densidades

Sistema de Transportes

Estrutura da rede
Gestão da Rede e serviços de Transportes
Gestão da mobilidade

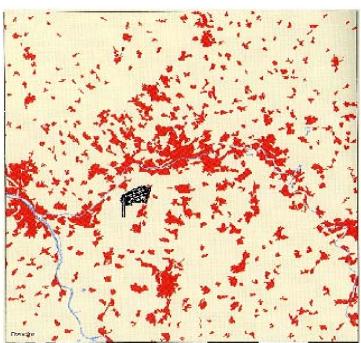
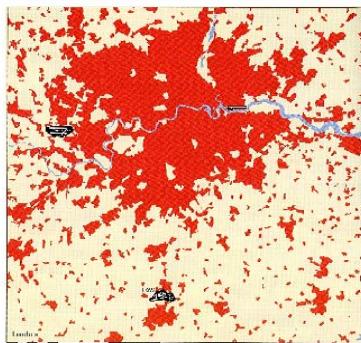
Actividades
Tipos de Uso
Grau de Concentração e Diversidade
Atracção e Geração de Fluxos



Situação Portuguesa - Questões prioritárias 2010 - 2020

Onde se jogam as mudanças?

1. Desenvolver **redes de centralidades** articuladas com condições de acessibilidade;
2. Conter a **expansão urbana** em “mancha de óleo” estruturando os territórios urbanos fragmentados;
3. Integrar nas redes de transportes e estruturar as **áreas de baixa densidade de ocupação** (rurais, peri-urbanas e turísticas) articulando-as com as redes de centralidades;
4. Densificar o uso urbano em áreas de **acessibilidade (potencial) elevada**;
5. Valorizar e integrar urbanisticamente os **interfaces de transportes e acessos aos TP**;
6. Promover os **corredores dedicados a transportes públicos e a modos suaves**;
7. Desenvolver e qualificar a **rede de percursos pedonais**;
8. Garantir a **continuidade inter-municipal das redes de transportes** e a articulação entre as redes concelhias e as regionais/nacionais;
9. **Ordenar a oferta de estacionamento** em função de tipos de acessibilidade considerados desejáveis.



5 questões destacadas no Guião

- **Estruturação dos territórios urbanizados** em função dos padrões de ocupação. Conceito de centralidade urbana e desenvolvimento de **redes de centralidades** a diversas escalas territoriais.
- **Multimodalidade dos espaços canais**, hierarquia funcional da rede viária e valorização das redes e **espaços pedonais**.
- Aplicação dos princípios da **mobilidade condicionada** para eliminação de barreiras no espaço público
- **Acessibilidade** como conceito e instrumento de articulação entre uso do solo e transporte
- **Articulação e complementaridades entre PMOT e Estudos, Planos, e Programas de Mobilidade**

Abordagem da temática TRANSPORTES nos PMOT

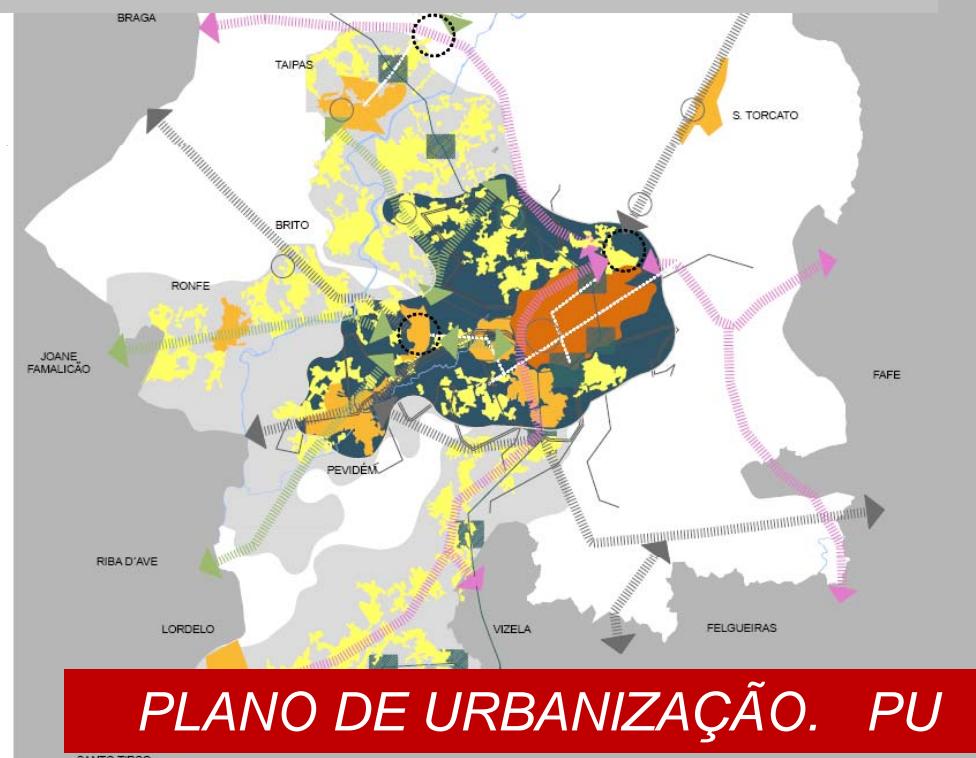
análise
diagnóstico
propostas

PLANO DIRECTOR MUNICIPAL . PDM

1 - Conceito 'acessibilidades' associado ao modelo territorial

O PDM pode:

- Consolidar (reestruturando) o modelo urbano vigente
- Reforçar o papel do transporte público (odo e ferroviário), urbano e interurbano, com aparcamento dissuasor associado
- Consolidar a acessibilidade multimodal promovendo a compactação das zonas urbanas existentes



PLANO DE URBANIZAÇÃO. PU

PLANO DE PORMENOR . PP

Pacto da Mobilidade

Território, Acessibilidade
e Gestão de Mobilidade



Directrizes Nacionais para a Mobilidade

Objectivos das Directrizes

Corresponde a um documento de orientação / princípios para as políticas de mobilidade (“policy oriented”) e tem como objectivo estabelecer:

- 1 Princípios orientadores a seguir
- 2 Objectivos e metas a atingir
- 3 Instrumentos / planos / programas para a sua prossecução e respectivos conteúdos
- 4 Abrangência territorial e obrigatoriedade
- 5 Processo de elaboração, aprovação e participação pública
- 6 Período de vigência dos respectivos instrumentos
- 7 Condições de monitorização e revisão

Critérios subjacentes à definição das Directrizes

AS DIRECTRIZES PROCURAM SER:

1

INTEMPORAIS

Garantindo que os objectivos não reflectam preocupações de curto prazo ou circunstanciais. As directrizes devem estabelecer orientações válidas no curto, médio e longo prazo.

2

INTEGRADORAS DOS COMPROMISSOS ASSUMIDOS

por Portugal no contexto da União Europeia, do Protocolo de Quioto, mas também estabelecidos nos diversos objectivos estratégicos produzidos a nível nacional.

3

FLEXÍVEIS E ADAPTÁVEIS

As directrizes devem considerar as diferenças que existem entre os concelhos. A profundidade e complexidade com que os diferentes conteúdos são tratados devem ser adaptadas em função da diversidade de contextos.

4

COMPREENSÍVEIS

Formulação simples das directrizes de modo a ser entendidas por um conjunto variado de actores.



As onze 11 Linhas de Orientação

Linhas de orientação

A

Definir e garantir níveis adequados de **ACESSIBILIDADE** oferecida pelo sistema de transportes **A TODOS OS CIDADÃOS**

B

Estabelecer uma **CONFIGURAÇÃO EFICIENTE** do sistema de acessibilidades

C

SUSTENTAÇÃO ECONÓMICA como garante da estabilidade da oferta

D

Melhorar a qualidade de vida dos cidadãos pela **REDUÇÃO DOS IMPACTOS NEGATIVOS** (sociais, ambientais e económicos) da mobilidade

E

Criar boas condições para os **MODOS NÃO MOTORIZADOS**, particularmente para o peão

F

Promover um **USO RACIONAL** dos modos individuais motorizados

G

Assegurar serviços de **TRANSPORTES PÚBLICOS DE BOA QUALIDADE** e com características técnicas adequadas à procura

H

INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS de transportes e usos do solo

I

Promover a **INTEGRAÇÃO FÍSICA, TARIFÁRIA, LÓGICA E INSTITUCIONAL** dos diferentes componentes do sistema de mobilidade

J

MELHORAR A INFORMAÇÃO aos cidadãos sobre o sistema de transportes e mobilidade urbana

K

Assegurar a **PARTICIPAÇÃO PÚBLICA** nos **processos** de decisão associados à mobilidade

Os PMT- Instrumentos de operacionalização das Directrizes

Nível de obrigatoriedade	Concelhos considerados
PMT é OBRIGATÓRIO (em 5 anos 67% da População)	<p>AML e AMP (Lei 1/2009).</p> <p>Todos os concelhos com mais de 50 mil habitantes (ou próximo desse limiar) e em todos os restantes concelhos com cidades capitais de distrito.</p>
PMT é RECOMENDÁVEL	<p>Consórcios de concelhos que pretendam realizar Planos de Mobilidade Inter-Municipais, desde que cumprindo obrigatoriamente o primeiro critério e um dos seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. Contiguidade e exclusividade na agregação ii. Concelhos identificados como pertencentes a uma aglomeração ou sistema urbano no PROT correspondente ou que apresentem dinâmicas inter-concelhias iguais ou superiores a 10% da mobilidade pendular do total dos concelhos (Censos). iii. Dimensão populacional ≥ 100 mil habitantes
PMT é VOLUNTÁRIO	Para os restantes concelhos com limiares populacionais inferiores a 50 mil habitantes.



Os conteúdos e a monitorização dos PMT

- As Directrizes estabelecem um quadro de referência para o desenvolvimento dos principais conteúdos dos PMT, permitindo a sua adaptação à diversidade geográfica, contextos de desenvolvimento ou à dimensão dos municípios e complexidade dos problemas



- As Directrizes valorizam a **monitorização** como uma etapa crucial dos PMT para avaliação de progressos e correcção de trajectórias. Estabelecem um conjunto de **indicadores comuns (22)** obrigatórios ou recomendáveis.

	Indicadores	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K
1	% da população residente na área de influência dos 400 m da rede TP, com pelo menos 2 serviços por hora, no período de maior procura	O	O					O				
	% do emprego localizado na área de influência dos 400 metros da											



Guia para a elaboração de Planos de Mobilidade e Transportes

Objectivos do Guia

ESTIMULAR e ORIENTAR os municípios no processo de elaboração dos PLANOS DE MOBILIDADE E TRANSPORTES (PMT), procurando:

1

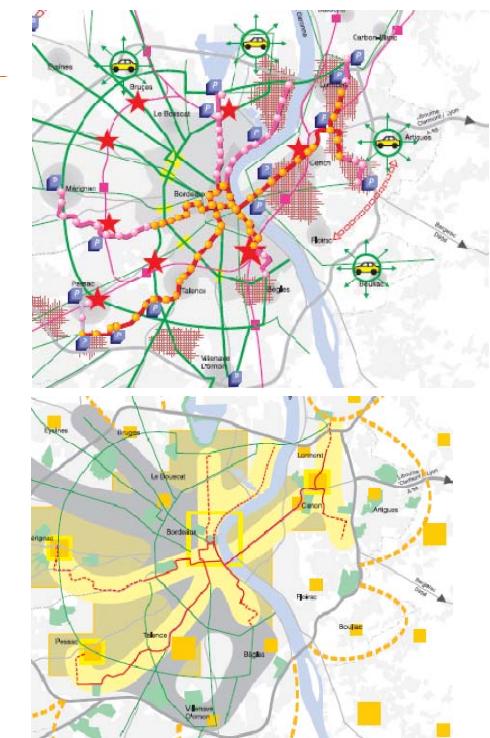
explicitar os conteúdos e metodologias
dos PMT com uma abordagem simples, concisa e esquemática, na perspectiva de suporte às equipas que irão desenvolver os referidos planos (i.e. *object oriented*).

2

evidenciar exemplos de boas práticas
de forma a que os municípios possam reflectir com a experiência de outros, procedendo a adaptações em função dos contextos locais.

3

apontar outras fontes de referência para consulta
de documentos metodológicos mais extensos.



Fonte: Communauté Urbaine de Bordeaux, PDU
2000-2005

Guia para a elaboração de Planos de Mobilidade de Empresas e Pólos (geradores/attractores de deslocações)

O que são Planos de Mobilidade de Empresas e Pólos (geradores/attractores de deslocações)

- São **instrumentos de planeamento** que pretendem apoiar as organizações na **gestão mais eficiente da mobilidade induzida pela sua actividade**.
- Pressupõem o **desenvolvimento e implementação de um conjunto integrado de medidas** ajustadas às características de cada empresa ou pólo, ao perfil de actividade, às suas exigências e às necessidades específicas de deslocação dos seus colaboradores, visitantes e fornecedores.
- Devem **adequar-se às exigências das diferentes actividades**:
 - empresas / entidades; pólos industriais e logísticos; equipamentos colectivos (hospitais, equipamentos de ensino, etc.); áreas comerciais e *retail parks*; parques tecnológicos; áreas urbanas mistas (serviços, comércio).

Os PM de Empresas e Pólos e o conceito de Gestão da Mobilidade

- A Gestão da Mobilidade pretende promover o transporte sustentável, alterando as **atitudes e o comportamento dos cidadãos**.
- No âmago da Gestão da Mobilidade estão **medidas soft**, (por exemplo, a informação e a comunicação, a organização de serviços e a coordenação de actividades de diferentes parceiros). Medidas que reforçam na maior parte dos casos a eficácia de **medidas hard no âmbito do transporte urbano** (por exemplo, novas linhas de eléctricos, estradas e ciclovias).
- **As medidas de Gestão da Mobilidade** (em contraste com as medidas *hard*) **não exigem necessariamente avultados investimentos financeiros** e podem ter um elevado rácio custo-benefício.
- Raramente estão isoladas, surgindo frequentemente integradas num conjunto de medidas, ou seja, campanhas de informação conjugadas com infra-estruturas, políticas de preços ou regulamentações.

Fonte EPOMM – European Platform on Mobility Management; Consórcio MAX

Objectivos Centrais do Guia

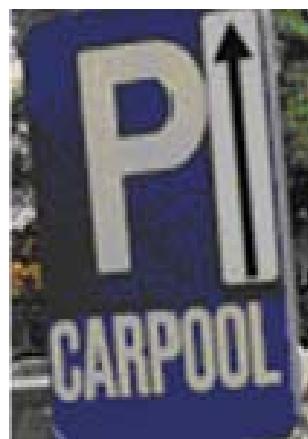
- Explicitar o que se entende por **planos de mobilidade** para empresas e pólos, reflectindo sobre os **benefícios** que se perspectivam para as organizações que os adoptam, para os seus colaboradores e para a sociedade em geral;
- Apresentar **conteúdos e uma metodologia** para a elaboração dos planos, numa perspectiva de que este guia se venha a constituir como um roteiro metodológico para as entidades que os venham a desenvolver;
- Evidenciar **exemplos de medidas de gestão da mobilidade** que têm vindo a ser aplicadas a nível nacional e internacional, e que demonstraram já, constituir boas práticas passíveis de serem replicadas neste domínio



Carpooling



Carsharing



Estacionamento para
carpoolers



Eco-condução



Modos suaves



Promoção do TP



Subsidiariação de
títulos de transporte



Tele-trabalho



Flexibilidade horário

Tipificação das empresas e pólos

Tipificação

- **por nº de trabalhadores e volumes de viagens**
- **por localização**

em áreas centrais dos núcleos urbanos



fora dos núcleos urbanos



- **por natureza da actividade**

Enquadramento no PNAEE

Centros empresariais ou parques industriais com 500+ trabalhadores

- Alargar a recomendação do PNAEE para qualquer empresa / pólo que empregue volumes significativos de trabalhadores
- Alargar também a recomendação a empresas / pólos que geram/atraiam volumes significativos de viagens:
 - Empregados
 - Em serviço
 - Visitantes
 - Clientes
 - Fornecedores



Pacote da Mobilidade
Território, Acessibilidade
e Gestão de Mobilidade

Colecção de Brochuras Técnicas e Temáticas

de apoio à elaboração de Planos
de Mobilidade e Transportes

A Colecção de Brochuras

9 temas
1^a fase
(arranque)
11 brochuras

1	a1		

BROCHURAS

		FASE
1	MEIOS E MODOS DE TRANSPORTE a1 - TIPOLOGIAS DE MEIOS E MODOS DE TRANSPORTE -Tipologias em função das características e fonte de energia (consumos e Impactos)	1 ^a FASE
2	REDES E SERVIÇOS DE TRANSPORTES PÚBLICOS a1 - TIPOLOGIAS DE REDES E SERVIÇOS - Urbano; Local (concelho/intermunicipal); em zonas /períodos de baixa procura ou procura dispersa; transporte escolar; transportes de apoio ao lazer e sazonais; gestão da interacção das redes de transportes INSTRUMENTOS OPERACIONAIS b1. Medidas favoráveis à circulação dos Transportes Públicos b2. Inquéritos e contagens de Transportes Públicos b3. Redes e serviços - parâmetros de avaliação/performance c1 - SOLUÇÕES DE TRANSPORTES FLEXÍVEIS	2 ^a FASE
3	INTERFACES DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS a1 - INTERFACES DE TRANSPORTES - Tipologias; papel na intermodalidade; integração física, horária, tarifária, informativa a2 - INTERFACES DE TRANSPORTES - Localização; ordenamento; parâmetros de dimensionamento	1 ^a FASE
4	PLANEAMENTO E GESTÃO DA REDE VIÁRIA a1 - REDE VIÁRIA - Princípios de Planeamento e Desenho b1 - CONTAGENS E INQUÉRITOS DE TRÁFEGO	1 ^a FASE 1 ^a FASE
5	ESTACIONAMENTO	
6	TRANSPORTES PARTILHADOS	
7	TRANSPORTES SUAVES E MODERAÇÃO DE TRÁFEGO	
8	INFORMAÇÃO AO PÚBLICO	
9	SOLUÇÕES DE LOGÍSTICA URBANA	



Pacote da Mobilidade

Território, Acessibilidade
e Gestão de Mobilidade

Exemplos de Brochuras

Estrutura

- 1. Informação: factor potenciador da utilização do transporte público**
- 2. Características da informação**
- 3. Disponibilização da informação – Exemplos**
- 4. Conclusões**
- 5. Para mais informações ...**

Sistemas de Informação ao público

3. Disponibilização da informação - Exemplos

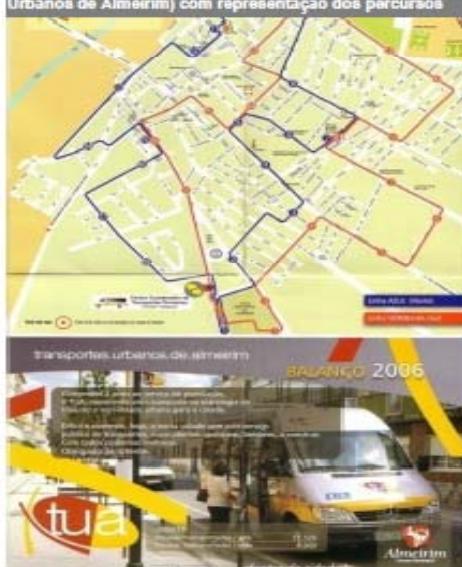
Em Portugal, o uso generalizado e facilitado do automóvel tem afastado os cidadãos do conhecimento do sistema de transportes disponível. Este facto não permite escolhas informadas. Impõe-se, assim, ampliar, o investimento das autoridades e dos operadores na implementação de sistemas de informação ao público sobre o sistema e serviço de transportes.

Apesar de evidentes melhorias nas últimas décadas, a cobertura do território por sistemas de informação é ainda muito incipiente e irregular. É assim que a interface de comunicação entre o produtor de serviços e o cidadão ou não existe em muitos casos, mesmo nas suas formas mais rudimentares ou clássicas, ou existe em formas já muito evoluídas como é o caso dos exemplos de informação em tempo real em paragens de autocarros com adaptação para cidadãos invisuais.

Territorialmente, também, observam-se ainda grandes diferenças de qualidade da informação disponibilizada entre as áreas metropolitanas onde essa informação é consistentemente mais avançada e outras cidades do país. No entanto são de registar evidentes progressos a este nível, em várias cidades, associados ao desenvolvimento de serviços de transportes urbanos.

Os exemplos seguintes apresentam vários tipos de informação "clássica" em papel (folhetos/cartazes), utilizados nas placas de paragem, em abrigos, em estações.

Figura 3 – Folheto de promoção dos TUA (Transportes Urbanos de Almeirim) com representação dos percursos



Fonse: C.M.Almeirim
Território, Acessibilidade e Gestão de Mobilidade

Figura 4 – Folhetos com horários e percursos do Mobilis – Transportes Urbanos de Leiria



Fonse: C.M.Leiria

Figura 5 – Informação ao público nos abrigos dos TURE (Transportes Urbanos do Entroncamento)



Fonse: C.M.Entroncamento

Exemplos de Brochuras

Estrutura

- 1. Papel fundamental das interfaces no sistema de transportes de passageiros**
- 2. Breve enquadramento jurídico**
- 3. Funções**
- 4. Aspectos de organização do espaço das interfaces**
- 5. Exemplos de interfaces**
- 6. Entidades intervenientes**
- 7. Avaliação econômico-financeira**
- 8. Para mais informações ...**

Interfaces de transportes de passageiros

5. Exemplos de interfaces

Os exemplos apresentados abrangem casos de pontos de chegada e correspondência (PCC) pequenas e médias interfaces (ECC), construídas isoladamente ou integradas em estruturas comerciais (centros comerciais) e de grandes interfaces (Gares) multimodais.

São figuras ilustrativas de imagem e grau de complexidade da organização externa e interna de algumas interfaces nacionais e internacionais.

- Pontos de chegada e correspondência

Figura 4 – Bregenz, Áustria (Fonte: Imagens cedidas por Robert Stasik)



Figura 6 – Viena, Áustria (Fonte: Imagens cedidas por Robert Stasik)



Figura 8 – Lund, Suécia (Fonte: Imagens cedidas por Robert Stasik)



Exemplos de Brochuras

Estrutura

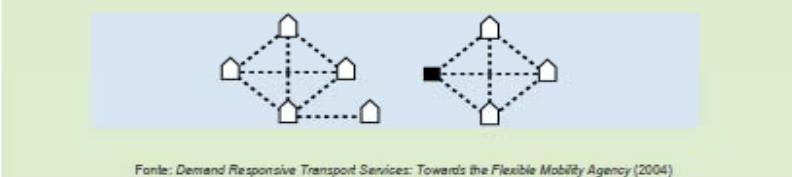
1. Transportes públicos flexíveis:
- uma resposta às necessidades de mobilidade
2. Conceito
3. Breve enquadramento
4. Tipologias de serviço
5. Arquitectura do serviço
6. Custos de funcionamento:
alguns números
7. Para mais informações ...

Soluções de Transportes Flexíveis

Figura 5 – Ilustração esquemática do conceito

Cenário 5
Combinação de locais de paragem aleatórios numa zona

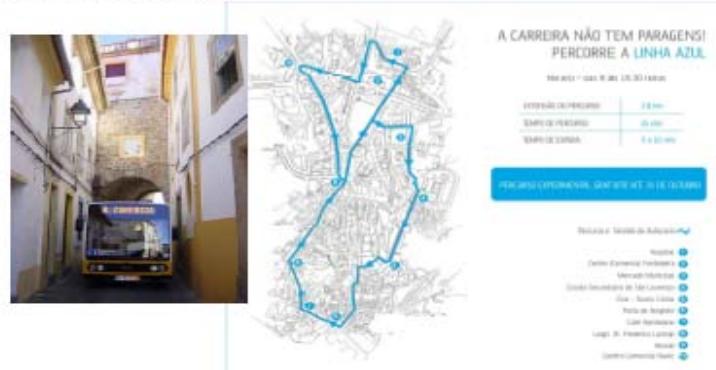
- corresponde à evolução do Cenário 4, deixando de haver paragens pré-definidas e todos os locais de uma determinada área podem ser servidos.
- Considerações operacionais: são válidas as observações referidas para o Cenário 4. Se forem servidos grupos específicos de passageiros, por exemplo, pessoas com mobilidade condicionada, deve ser dada atenção ao tempo dispendido nos momentos de entrada e saída dos veículos.



Fonte: Demand Responsive Transport Services: Towards the Flexible Mobility Agency (2004)

Exemplo deste cenário é o caso da Linha Azul, materializada por um traço no pavimento ao longo do percurso. O autocarro para, para entrada ou saída, a pedido.

Figura 6 – Linha azul de Portalegre



Fonte: http://www.apve.pt/upload/contudo_index/bus/projetos/portalegre/brochure_portalegre.pdf



Pacote de Inovação

Território, Acessibilidade
e Gestão de Mobilidade

Perspectivas

As medidas são conhecidas e largamente adoptadas em muitas cidades europeias.
Em Portugal é preciso densificar o número de acções no terreno e imprimir um ritmo intenso de implementação

- Há que **divulgar, testar, medir e** verificar metodologias e técnicas de abordagem
- Há que situar a abordagem das questões de acessibilidade, mobilidade e transportes, **estabilizar conceitos, processos, conteúdos técnicos e regulamentares**
- Há que aprender a ajustar e **flexibilizar soluções** em função das especificidades locais
- Há que **acolher novas e menos convencionais** modalidades de **oferta de serviços de transportes públicos**
- Há que **devolver a rua aos cidadãos e aos modos de transporte suaves e colectivos, alternativos ao TI** e introduzir uma nova filosofia de coexistência dos diferentes modos de transporte;
- Há que **articular políticas públicas** nas áreas do ordenamento do território, ambiente, energia, inserção social e transportes;
- É preciso **descentralizar, a diferentes escalas territoriais**, o exercício de competências de **planeamento** do sistema de **transportes e de gestão da mobilidade**

O que se segue?

- Aprovação do enquadramento político-institucional dos documentos do Pacote da Mobilidade:
 - Directrizes Nacionais para a Mobilidade;
 - Apoio técnico e financeiro do Estado
- Definição do quadro legal para os
 - Planos de Mobilidade e Transportes da responsabilidade dos municípios e consórcios de municípios
 - Planos de Mobilidade e Transportes da responsabilidade de empresas e pólos geradores e atractores de deslocações
- Incorporação nos PMOT em curso das recomendações do
 - Guião orientador – Acessibilidades, Mobilidade e Transportes nos PMOT

Próximas Acções

**CONSULTA via Web
(ainda aberta)**

2 meses

www.conferenciamobilidade.imtt.pt

**Adaptação dos
documentos em função
das retroacções
EDIÇÃO**

2

+

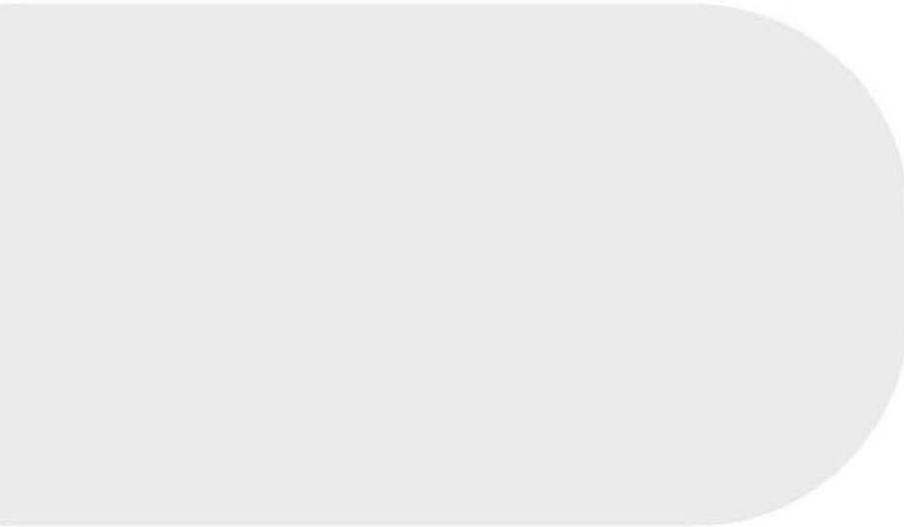
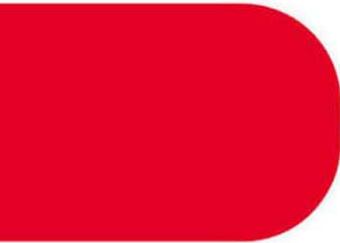
1meses

DIVULGAÇÃO

**Workshop Évora + Coimbra
(em 2011)**

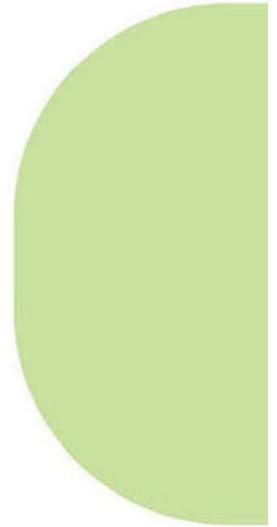
**DIVULGAÇÃO E
FORMAÇÃO (TREINO)
Dirigida a grupos-alvo**

2011 / 2012



O Pacote da Mobilidade

Isabel Seabra
icseabra@imtt.pt



Instituto da Mobilidade
e dos Transportes Terrestres, I.P.